

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 20 DE ABRIL DE 2005

O SECRETÁRIO ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS E PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis nº 4.319 de 16 de março de 1964 e nº 10.683 de 28 de maio de 2003, e dando cumprimento a decisão unânime do colegiado em sua 162ª reunião ordinária, resolve:

Art. 1º Constituir Comissão Especial com fulcro nos artigos 4º e 6º da Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, para apurar denúncias de violações de direitos humanos perpetradas contra crianças *Guarani-Kayowá e Guarani-Nhandeva* - desnutrição e outras mazelas - na Reserva Indígena de Dourados, Mato Grosso do Sul.

Art. 2º A Comissão terá a seguinte composição:

- I. Um representante do Ministério da Justiça;
- II. Um representante do Ministério da Saúde;
- III. Um representante da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;
- IV. Um representante da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados;
- V. Um representante do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul;
- VI. Um representante do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Art. 3º A Comissão Especial exercerá suas atividades por sessenta (60) dias, prorrogáveis pelo prazo que se fizer necessário ao exercício de suas atribuições, devendo submeter relatórios parciais e relatório final ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Art. 4º A Secretaria Especial dos Direitos Humanos prestará à Comissão Especial o apoio necessário ao exercício de suas atribuições.



NILMÁRIO MIRANDA